



Foto: Nani Gois/Abril Press

A soja foi a cultura mais beneficiada por pesquisas tecnológicas desenvolvidas por institutos de agronomia.

Cana de Açúcar ou Cana de Álcool?

Texto: Liana John

Dois anos depois do nascimento da crise do petróleo (73), o Brasil resolve optar pelo álcool derivado da cana como energia alternativa. Condições não faltavam: o país possuía a tecnologia para a produção do álcool carburante, incluindo uma indústria de bens de capital razoavelmente desenvolvida ao longo de toda uma história na produção de açúcar.

E mais, “existia um excesso de oferta de matéria-prima, numa época em que os preços internacionais do açúcar estavam caindo,

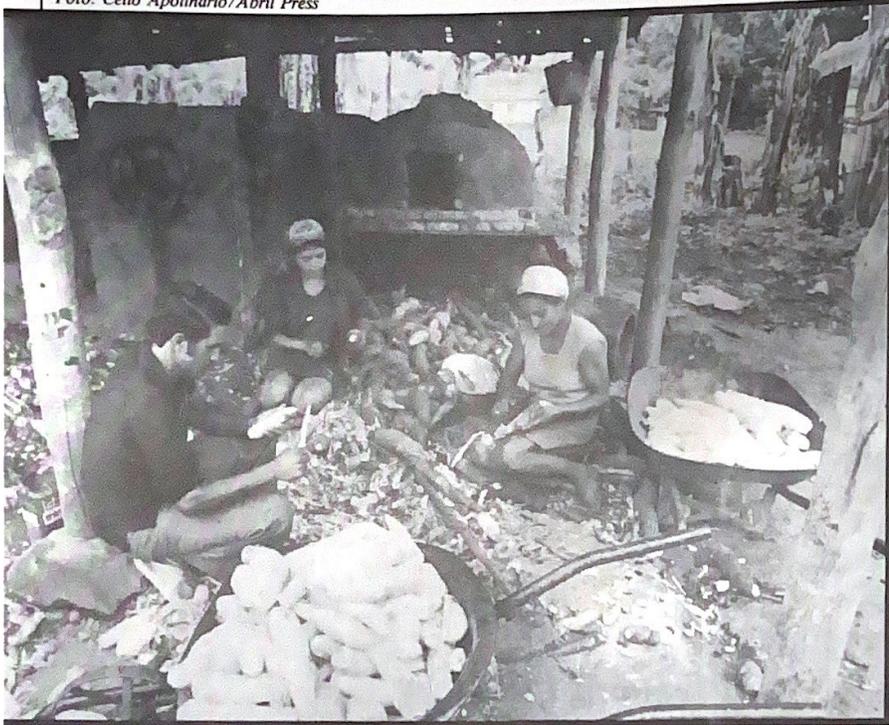
muito rapidamente”, conforme Fernando Homem de Melo, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Daí, com uma ajudazinha do crédito subsidiado concedido por bancos oficiais, foi fácil fixar uma meta de 3 bilhões de litros de álcool para o ano agrícola de 79/80. Meta esta que correspondia à adição de 20% de álcool à toda gasolina vendida no país e que foi superada em cerca de 800 milhões de litros.

Entusiasmado, o governo fixou então a ambiciosa meta de 10,7 bilhões de litros para 1985, retificando depois para o objetivo fatal

O álcool chegou para enfrentar a produção de alimentos e de exportação, numa autêntica briga pela posse das terras

Foto: Célio Apolinário/Abril Press



A cultura de mandioca foi uma das que mais se retraíram com a expansão das culturas de exportação.

de 14 bilhões de litros de álcool em 1987. Fatal para a agricultura, bem entendido, porque se vissemos apenas pelo lado da economia de gasolina os 14 bi seriam até insuficientes.

Para atender a tamanho objetivo, argumenta Homem de Melo, "seria preciso que a área cultivada no Brasil crescesse a uma taxa média de 7 ou 8% de 1977 a 1985. O que é uma taxa muito alta, se comparada à taxa média de 3,7% que prevaleceu durante 1968/1977". Claro que nesta conta aí está incluída a demanda por terras das outras duas produções agrícolas imprescindíveis: consumo interno e exportação.

Já na primeira fase do Proálcool, por exemplo, o principal aumento da área cultivada com cana deu-se em substituição ao milho e às pastagens. Com todo o apoio governamental, nada mais lógico do que os plantadores de cana procurarem terras já providas de infra-estrutura, ainda que para isso tivessem que deslocar as pequenas culturas de consumo interno.

E olhe que as plantações de cana são mais perenes que qualquer outro produto básico. Quando elas tomam uma terra, vêm para ficar, pois seu ciclo é de três a cinco anos, com colheitas anuais, e o prejuízo para quem sai do ramo sem completar todo o ciclo de colheitas é muito grande.

Mas a briga não é só do feijão com arroz. A produção do álcool para substituição da

gasolina tem outro inimigo bastante sério, em seu próprio meio: a exportação de açúcar. Se no início do Proálcool a cana estava sobrando, pois havia excesso de açúcar no mercado internacional, em 1980 esta posição inverteu-se: o preço do açúcar foi lá pra cima e pretende manter-se lá, ameaçando o álcool com a aflita necessidade de se equilibrar a balança comercial.

Quer dizer, de 77/78 a 80/81 foi relativamente fácil aumentar a produção de álcool em 158%, através do aproveitamento da capacidade ociosa das usinas de açúcar. Mas o que vai além disso são novos projetos, e novos projetos levam tempo para serem implantados. Sem contar que certas áreas tradicionalmente açucareiras podem achar mais vantajoso jogar este ano na alta do açúcar, seu velho produto, e deixar o álcool para o ano que vem, ou o outro. É tudo uma questão de cotação internacional.

Entre o álcool e o açúcar quem ganha é a cana

No meio de toda esta disputa, a única que não sai realmente perdendo é a produção de cana, seja ela para o que for. Prova disso é a crescente mecanização pela qual a cultura vem passando, conforme relatório da Copersucar de 1980.

Diz o documento que "os estímulos eco-

nômicos instituídos com a expansão da agroindústria açucareira e, mais recentemente, com o Proálcool, garantem a modernização de toda a tecnologia empregada na produção de cana, açúcar e álcool, estimulando a criação e introdução de novas técnicas aqui estudadas e desenvolvidas. Além do apoio dado pela indústria nacional, que supre as necessidades de todos os setores de máquinas agrícolas e industriais (usinas) bem como fertilizantes, defensivos, etc".

Para que se tenha uma idéia mais clara sobre o índice atingido por tal mecanização, conta o relatório que muitos produtores de cana vêm utilizando aviões para grande parte das aplicações de fertilizantes e herbicidas, sendo que alguns dos aviões já são de fabricação nacional. Fora isso, todo o preparo do solo e até o plantio vêm sendo mecanizados, embora em muitas regiões a distribuição de mudas e o corte ainda sejam manuais.

A produção mais representativa, porém, já é mecanizada, localizando-se no Estado de São Paulo. Sozinho, este Estado detém 45% da área de cana do Brasil, produzindo entre 55 e 60 milhões de sacas de açúcar (safra 79/80), num total brasileiro de 120 milhões de sacas. Na conta do álcool, São Paulo produziu 52% do total Brasil em 79/80 (3,8 bilhões de litros) e pretende chegar aos 7 bilhões de litros, quando (e se) a meta dos 10,7 bi for alcançada.

A produção de açúcar paulista destina-se em grande parte ao consumo interno, calculado hoje em torno de 92 milhões de sacas, ou 50 kg "per capita", por ano. No Nordeste é que a produção açucareira realmente destina-se à exportação, com Pernambuco detendo 20% da produção, contra 17% do Estado de Alagoas.

Em todos os casos, Nordeste, Sudeste, exportação ou consumo interno, as plantações de cana contam com um cooperativismo razoavelmente desenvolvido. E cooperativismo de produtores. Segundo Domingos José Aldrovani, Presidente da Comissão Técnica de Cana de Açúcar na FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), "o cooperativismo ajuda muito, porque pode proporcionar financiamentos com juros de 10 a 20% com recursos próprios. Sem esquecer que a cooperativa pode trabalhar com repasses para adubos, que são obtidos através do Banco do Brasil. O lavrador pode fazer o financiamento do adubo sem pagar o custo do financiamento, que é suprido pelo Banco Central".

As cooperativas também mantêm técnicos próprios e dispõem de contatos com escolas de agronomia, que colaboram na assistência, de casos rotineiros e especiais. Isso é particularmente importante numa agricultura brasileira, em que a maioria dos técnicos que visitam as fazendas são agrônomos contratados pelas empresas de adubos e defensivos. E a função deles é vender o adubo, muitas vezes sob a pretensão de estar "receitando" certo e, na verdade, estar envenenando as culturas dos mais desavisados (que é o que não falta por este interior afora).